

Brasil pedirá redução de "spreads" na renegociação da dívida externa

O ministro da Fazenda anunciou que o governo pedirá menores "spreads" para os contratos de empréstimo que serão prorrogados no próximo dia 17 de janeiro. Embora o governo não pretenda negociar a dívida externa brasileira, mas simplesmente prorrogar os termos da renegociação feita em 1984, o ministro pretende aproveitar a situação confortável em que se encontra a economia brasileira, principalmente com folgas na área externa, para tentar reduzir os "spreads" que vigoram sobre o estoque da dívida. E, se possível, mudar a taxa de referência, hoje a "libor" (taxa preferencial de Londres) pela "prime rate" (juros do mercado norte-americano), por ser a primeira superior à segunda.

Funaro, falando ontem no programa "Brasil Entrevista", patrocinado pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que será levado ao ar pelas rádios do País hoje às 14 horas, esclareceu que o Brasil está gastando US\$ 60 milhões — e não US\$ 700 milhões, como foi noticiado — com a mera prorrogação das condições de renegociação da fase dois (do ano passado), não aceitando o pacote plurianual que faria a rolagem da dívida externa por dezesseis anos, incidindo nos contratos que venceriam em 1984 e 1985 um "spread" inferior ao do contrato original.

BRACHER LEVARÁ proposta a credores

Explicou que o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, levará à reunião do comitê de assessoramento da dívida externa — o comitê dos bancos credores —, em Nova York, na próxima segunda-feira, a proposta do governo brasileiro, de redução dos "spreads". O contato do presidente do Banco Central ainda não significará uma retomada oficial das conversas com os credores privados, para acertarem a prorrogação do dia 17 de janeiro.

Ele discutirá com os credores a questão do não-pagamento da totalidade de empréstimos via Resolução 63 feitos pelos bancos internacionais aos três grupos financeiros liquidados extrajudicialmente (Comind, Auxiliar e Maissonave) e, certamente, conversará com os banqueiros sobre o programa de mudanças do governo Sarney, aprovado ontem no Congresso Nacional, para vigorar no ano que vem, cuja

proposta, na área do déficit público, é reduzir o déficit operacional de 3% do PIB neste ano para apenas 0,5% do PIB no ano que vem. Esse esforço, segundo o governo brasileiro, pode fazer com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) conceda um aval para o Brasil, junto aos bancos privados internacionais.

"BRASIL NÃO BUSCARÁ CONFRONTO"

Ainda na entrevista, o ministro Funaro sustentou a posição de "negociação" do governo brasileiro junto à comunidade financeira internacional, partindo do princípio que um "confronto" levaria o País à recessão. Previu que a próxima reunião do grupo de Cartagena (que envolve os países devedores), em Montevidéu, dias 15 e 16 de dezembro, deverá trazer "uma unidade de pontos de vista sobre o comportamento dos juros internacionais", embora o governo brasileiro continue contra "o cartel dos devedores, o que também nos leva a uma posição firme contra o cartel dos credores".

Se os juros internacionais baixassem, voltando ao nível histórico de apenas 2 pontos positivos de juros reais, "nós estaríamos tendo um espaço maior para o crescimento", embora ressaltasse que o Brasil é o país que está melhor, se comparado com os demais devedores "que estão com o fôlego curto", e pagando por ano, de juros externos, o equivalente a "uma Itaipu".

Funaro confirmou que o País terá de importar alimentos no ano que vem. Embora o governo esteja concedendo financiamentos ao agricultor que possa replantar a safra perdida com a estiagem, a produção agrícola brasileira não será suficiente para cobrir a demanda, que neste ano cresceu 10% e deverá continuar crescendo, em termos reais, nos próximos anos.

ÍNDICES DE PREÇOS

O ministro defendeu a substituição do Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por este refletir melhor a realidade dos preços no País. "Vamos ver quem ganha e quem perde com o índice mais alto", que foi o IGP de 15% comparado com o IPCA de novembro, de 11,2%, "que quando eu tomei a medida me informaram que era de 13% e não de 15%".

Perdem os assalariados, pela maior corrosão inflacionária, perdem os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação e todos os demais que devem. Ganha apenas o rendimento de quem tem caderneta de poupança; "como a poupança é sempre sobre o salário, é preferível ter maior salário real, com maior poder de compra, do que melhor rendimento na poupança e salário corroído".

ENTENDIMENTO NACIONAL

Ele considerou ainda imprescindível algum tipo de entendimento nacional pa-

ra derrubar a inflação. "Nós não podemos simplesmente terminar o mês e levar ao mês seguinte toda a inflação inercial que aconteceu no mês anterior", mas garantiu que o Brasil não trilhará os mesmos caminhos da Argentina.

Sobre a inevitabilidade da liquidação extrajudicial dos três grupos financeiros — Comind, Auxiliar e Maissonave —, Funaro argumentou que o governo teria de gastar 40% dos recursos gerados pelo "pacote" fiscal para cobrir o rombo das três instituições.